



ARQUIVOS MUNICIPAIS E HISTÓRIA ORAL: A BUSCA PELO ACESSO À INFORMAÇÃO EM ANGRA DOS REIS

Martha Myrrha Ribeiro Soares

A HISTÓRIA ORAL E O ENRIQUECIMENTO DA EXPERIÊNCIA

A História Oral é impossível sem o trabalho de campo. (PORTELLI, 2007). É uma ciência e arte do indivíduo, pois, vai fundo no estudo e observação dos processos de memórias individuais que ocorrem “em meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (PORTELLI, 2007, p.16). Portanto, a construção teórica, o desenvolvimento metodológico e o trabalho de campo são enriquecidos na experiência do encontro vivido e ouvido. Nossa capacidade reflexiva é frequentemente desafiada pelas diferenças existentes entre todos nós, homens e mulheres. Numa experiência em História Oral, ser diferente é ser igual, ou seja, igualdade desde que baseada na diferença para garantir seu caráter dialógico (PORTELLI, 2007).

No entanto, é preciso que haja uma preocupação com a ética que envolve o trabalho de campo para que não ocorram interferências no desempenho da pesquisa. Por isso, é muito importante que, nós, pesquisadores, busquemos sempre um ambiente de respeito as particularidade de cada sujeito, assim como, devemos buscar as igualdades frente ao tema que está sendo investigado. Ouvir o que queremos ouvir implica em ouvir o que se deseja falar. E, aqui deve estar o segredo do pesquisador em História Oral. É neste momento que se enriquece a experiência e todo o corpo teórico e metodológico desenvolvido preliminarmente.

Da passagem da modernidade para a pós-modernidade, onde vemos sólidos derreterem e a transitoriedade assumir o controle, vemos a História Oral assumir sua força como campo do conhecimento e como recurso metodológico. Isto contribui com a estabilidade da fonte de pesquisa, pois, apesar da

constatação de não mais estarmos lidando com fatos concretos (e que falta nos fazem!), mas com elementos mutáveis, como subjetividade, memória e narrativas de histórias, não nos deveria causar a euforia pós-moderna de decompor a materialidade do mundo externo entre as



estonteantes possibilidades do discurso irrelevante (PORTELLI, 2007).

A pesquisadora Dayse Perelmutter (2016, p. 102) defende, numa análise foucaultiana, que “experimentada em sua radicalidade, esta História Oral funcionaria como um dispositivo micropolítico de problematização das formas constituídas da subjetividade”. Desta perspectiva, aposta na capacidade hermenêutica infinita do ser humano, relacionando

este movimento de expansão e enriquecimento da experiência com o próprio processo analítico, cujo compromisso é criar um espaço de continência às mudanças, passagens e quebras de sentido, que gritam no interior do sujeito e o vulnerabilizam (PERELMUTTER, 2016).

A responsabilidade pela interpretação das informações oferecidas pelos relatos orais deve se preocupar com a objetividade científica, porém, ela “não consiste em nos ausentarmos da cena do discurso e em simularmos uma neutralidade que é tanto impossível quanto indesejável” (PORTELLI, 2007, p. 26). E, portanto, assumir que “aquilo que criamos é um texto dialógico de múltiplas interpretações: as muitas interpretações dos entrevistados, nossas interpretações e as interpretações dos leitores” (PORTELLI, 2007, p. 27). Ainda sobre a responsabilidade pela interpretação, é importante que saibamos não negar o conflito e, sim, lidar com ele. Os desacordos, as incongruências, os silêncios e todo o inesperado emocional que um trabalho de campo em História Oral pode revelar, significa, em última análise, que se deve ser o mais fidedigno possível no relato e análise das palavras e gestos imersos num ambiente, também, o mais confortável possível para o encontro acontecer.

O que move uma pesquisa em História Oral é a vontade de conhecimento. Um conhecimento mais profundo sobre a história social e cultural da cada indivíduo abordado em contato com o mundo. Portanto, o cuidado com a restituição do material colhido do objeto de pesquisa deve ser avaliado no sentido de não ferir as relações pessoais estabelecidas cumprindo com uma expectativa mínima esperada, entregando cópias dos produtos gerados pela pesquisa aos agentes envolvidos. Deste modo, é dever do pesquisador multiplicar aquelas vozes que guardam sabedorias para fora daquele lugar de fala.

O verdadeiro serviço que, acredito eu, prestamos a elas, a movimentos e a indivíduos consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em



levá-la para fora, em por fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidades (PORTELLI, 2007).

Com sua dinâmica própria, a memória é alternativa e resistência. Nos mostra o que aconteceu e o que deixou de acontecer, toca os sentimentos mais íntimos e grava na História Oral suas permanências, seus silêncios e seus esquecimentos.

DO TEMA À ENTREVISTA ORAL

Os arquivos, como lugares de memória, são uma construção das formas contemporâneas de promoção de memórias, registro de que nós vivemos num tempo distinto dos tempos anteriores. E, neles organiza-se o encontro com nosso tempo pela ruptura com o passado e não pela continuidade (KNAUSS, 2009, p. 9). A característica fundamental do documento de arquivo está na sua “natureza probatória” que “conservam registros de ações e de fatos como prova da gestão que os produziram” (RODRIGUES, 2005, p. 15).

Para Rodrigues (2010), o núcleo da identidade de um documento de arquivo se revela num contexto de organicidade onde documentos se relacionam entre si, onde o vínculo existente entre o órgão produtor e o conteúdo da atividade registrada resulta no caráter probatório deste tipo de documento.

O arquivo se forma por um processo de acumulação natural, o que significa dizer que tem o atributo especial de ser um conjunto orgânico e estruturado, onde seu conteúdo e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu contexto mais amplo de produção, às suas origens funcionais” (RODRIGUES, 2005, p. 16).

Ao cumprirmos uma determinada função administrativa, cumprimos, também, rotinas processuais que geram a produção e a conservação de documentos mediante procedimentos regulares que podem ser comprovados, a partir destas rotinas estabelecidas. A estabilidade destas operações garantem a autenticidade do documento de arquivo que é acumulado de modo natural, contínuo e progressivo de acordo com seus objetivos práticos. Tal objetividade que o acompanha durante suas fases de produção e classificação, é a que assegura a organicidade dos registros arquivísticos, dotando-os de coesão e estrutura. Deste modo, o inter-relacionamento entre os documentos de arquivos “estabelecem relações no decorrer do andamento das



transações para as quais foram criados” confirmando-os como “um conjunto indivisível de relações” (FONSECA, 1999, p. 151).

Saber que o documento de arquivo é “único na estrutura documental do grupo ao qual pertence” (FONSECA, 1999, p. 151), significa compreender o caráter de unicidade. Importante, também, ressaltar que “o documento de arquivo é produzido de forma involuntária, naturalmente, no sentido de necessário para o funcionamento do sistema jurídico, pois é criado no decurso de uma atividade” (RODRIGUES, 2010, p. 3). O papel estratégico dos arquivos se reforça na garantia da eficiência da gestão documental, uma vez que são capazes de garantir o acesso à informação pública e, em consequência, uma gestão transparente do Estado, conforme previsto na Carta Constitucional Brasileira de 1988 (CONARQ, 2014, p. 56).

Sobre a relação do historiador com seu objeto de estudo, Camargo (2001) aponta processos de semiose e interpretação. Problematiza a autenticidade frente aos métodos de avaliação que podem causar tal rompimento da capacidade denotativa do documento que o arquivo corre o risco de transformar-se num centro de documentação ou memória.

Se os documentos de arquivo são desprovidos de autonomia, isto é, retiram sua autenticidade das relações que mantêm com as demais unidades que integram o conjunto, dentro do princípio de consignação que o rege, qualquer intervenção no sentido de romper seu equilíbrio originário acaba por “implodir” o próprio arquivo (CAMARGO, 2001, p. 7).

Um arquivo é aquele que, de acordo guarda documentos arquivísticos que

são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa (BELLOTO, 1978).

Margareth da Silva (2015), ao traçar uma abordagem etimológica, em sua tese de doutorado, leva em consideração o arquivo como lugar e como conjunto orgânico de documentos, nos conta sobre o caráter polissêmico do termo “arquivo”, tendo em vista sua ampla utilização pelos mais variados setores e períodos históricos da sociedade.

Falemos, então, um pouco do meu entrevistado. O Eduardo é funcionário público efetivo da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, como agente administrativo, cargo de nível médio. Possui enorme interesse pela área de Letras e, dentro de suas



atribuições públicas, acredita que a gestão de processos é fundamental para o funcionamento da administração pública. Começou, em 2012, na Unidade de Pronto Atendimento/UPA. Porém, foi no Pronto de Socorro Municipal onde começou a trabalhar com os arquivos da saúde de Angra. E, assim seguiu responsável quando o Pronto de Socorro foi transferido para o Hospital Geral da Japuíba, que havia sido inaugurado e que pretendia ser o centro de referências médicas da cidade. Hoje, é o responsável pelo arquivo da saúde da Fundação Municipal de Saúde de Angra dos Reis, apesar de ainda não existir no organograma da instituição um setor dedicado ao assunto.

A entrevista com o Eduardo, me forneceu a oportunidade de visualizar a situação de organização e estado de conservação do acervo, no caso, da saúde - que está disperso, fragmentado e sem o devido controle da produção do documento arquivístico – numa espécie de amostragem sobre como os arquivos municipais estão sendo tratados, como pode ser identificado na seguinte fala do Eduardo:

os estados do material são os mais variados desde uma caixa com todas as suas, todo seu conteúdo intacto até uma caixa com documentos que foram completamente destruídos por um alagamento. Daí, de um ponto ao outra a gente pode imaginar os mais variados estado, estágios de deteriorização. Infelizmente, ainda não tem como se fazer uma estimativa de perda porque, até agora, dessa massa de seis mil caixas, eu calculo que foi possível mexer, em aproximadamente, no máximo 15% do material. O restante tá todo ainda no mesmo local em que ele se encontrava. Por falta de pessoal, por falta de possibilidade material pra poder organizar. Apenas essa porcentagem foi manipulada. E, uma boa quantidade disso está, eu diria, irrecuperável porque foi submetida à alagamento, à umidade, à infestação de bolor, de mofo, fungo, infestação de pragas, como cupim, rato e... (PEREIRA, 2016).

A pouca importância dada pela administração municipal, apesar, do entrevistado conseguir identificar algumas poucas referências interessadas no tema e que o ajudam na tomada de providências, é patente e, segundo o relato é sentida por ele no cotidiano, conforme passagem a seguir:

se existem aqueles poucos que se importam muito com arquivo, existem muitos que não se importam nem um pouco. E, sempre dizem: - Ah, arquivo? Arquivo morto, né. Uma das expressões mais usadas pra arquivo é arquivo morto. Morto é aquilo que não tem mais utilidade nenhuma, aquilo que tem que ser esquecido que tem que ser enterrado. Eu nunca me conformei muito com essa expressão. É, e assim, você não consegue simplificar as coisas. Você não consegue agilizar os processos (PEREIRA, 2016).



As conseqüências da falta de um arquivo na área da saúde são muito graves, pois, dificultam o acesso dos cidadãos ao acesso a estas informações. Conforme a Resolução nº 22, do CONARQ, de 30 de novembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde, cabe “à instituição de saúde a guarda, conservação, consulta, controle e disponibilização do prontuário do paciente para o atendimento médico-assistencial, em todos os níveis.”. Pois, é no prontuário do paciente que estão contidas as informações para “estudos, pesquisas clínicas e científicas e para a continuidade da assistência prestada nas instituições de saúde”. E, sobre as conseqüências, o entrevistado alerta que sem um arquivo da saúde

you do not have an idea of how a disease began, you do not have how to prove that a work accident was a work accident or that you were not attended, you do not manage to investigate a crime, you do not manage to reconstruct a process to prove the reliability of a process, you do not manage to do anything. you live one of the differences between a man and a monkey he lives for now he does not think about the future and if he leaves behind him he will not remember where he is. he will not remember where he is living for now and, therefore, to prevent errors and to avoid or commit based on his past, we are not different from a monkey. we are not different from monkeys this is serious and if people do not do this, it ends. It ends (PEREIRA, 2016).

O prontuário do paciente é um documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens em qualquer suporte, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência prestada a ele, de caráter sigiloso e científico que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo”. Na entrevista, foi possível verificar alguns tipos de documentos que estão sendo trabalhados, como isto está sendo feito e os caminhos que os arquivos percorreram.

O trabalho do Eduardo se concentrava no resgate das caixas de documentos de arquivos da saúde que estão guardadas de maneira absolutamente imprópria e completamente desorganizada e que teve como foco primário os formulários de nutrição, epidemiologia e odontologia. Há, também, uma preocupação enorme com os “boletim de atendimento médico – o BAM”, tanto quanto aos que precisam ser regatados como aos que precisam ser controlados, hoje, desde sua produção até seu armazenamento final e descarte.

E, pegávamos exemplos, exemplares de cada tipo de folha e apresentávamos para o respectivo setor. [...] A maioria esmagadora do



material poderia ser descartado, de acordo com os setores, porque faziam parte de rotinas e processos antigos da gestão anterior com logotipo, com processos, todos desatualizados e que não poderiam ser usados hoje e por isso já de posse dessa informação a gente já separava esse material para poder num momento no futuro pedir autorização de descarte. [...] era basicamente, trabalho de formiguinha mesmo porque a gente precisava selecionar, separar todos os materiais das caixas de arquivo documental mesmo – que essas não poderiam ser descartadas tão cedo. E, uma vez separado os formulários, fazer a separação interna deles, ver quais eram os formulários e pegar exemplares e mostrar pras chefias e pros setores perguntando qual seria a possibilidade de uso ou não de cada um deles. (PEREIRA, 2016).

Quando encontramos grandes volumes de acervo acumulado com o passar do tempo, a atividade de avaliação requer muita cautela. É neste momento que verificamos a existência de depósitos de arquivos em diversas instituições, pois, sem organização se acumulam e se tornam um grande incômodo para as administrações. A manifestação do desejo de descarte pelos gestores, públicos ou privados, é recorrente e a ansiedade em dar solução sem estar atento às normas técnicas causa problemas para o acesso à informação, pois, a não-realização do procedimento de avaliação, seleção e destinação dos documentos, acaba os são tirando da unidade de origem por conta da falta de espaço físico.

De acordo com Maciel (2016, p. 71) os “objetos materiais são indiciários de vidas: vidas findas, vidas aflorando, vidas esquecidas, vestígios de vidas”, o que afirma a necessidade da preservação de nossa memória e nos incentiva a retirar o manto de invisibilidade que existe sobre os arquivos, especialmente, os municipais. Na produção destas entrevistas conseguimos ter o direito à fala sobre a importância da preservação de nosso acervo documental arquivístico. Se queremos uma campanha pela criação de arquivos municipais, precisamos mais do que nunca assumirmos o território nacional. Somos 5.570 municípios em todo o Brasil. Seria até um pouco contrariado imaginar que não há campo de trabalho para a Arquivologia ou para a História neste país.

A escassez de investimento na preservação da memória documental já acarretou inúmeras e valiosas perdas e promoverá algumas outras mais até que prefeitos e presidentes de câmaras municipais sensibilizem-se. Investir na criação de um lugar de memória arquivística significa dentre muitas coisas, olhar para o turismo, para o



urbanismo, para a administração, para a arquitetura, para a política, para a cultura e, primordialmente, para a educação, para a ciência e para a tecnologia.

BIBLIOGRAFIA

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos, bibliotecas e centros de documentação. In: **Arquivos: estudos e reflexões**. p. 29-37. (Publicado originalmente na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, n. 11, p. 169-176, 1978.)
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor dos documentos históricos. São Paulo, 2001.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 22, de 30 de novembro de 2005. dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2012.
- FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ci. Inf.* [online]. 1999, vol.28, n.2, pp.146-155.
- MACIEL, Ana Carolina de M.D. Memórias colecionáveis. In: Mauad, Ana Maria. (org.) *História oral e mídia: Memórias em movimento*. SP: Letra e Voz, 2016.
- PERELMUTTER, Daisy. A história oral como laboratório de sensibilização estética. Memórias e marcas de artistas brasileiros de ascendência judaica. In: Santhiago, Ricardo(org.) *Memória oral e arte: Narração e criatividade*. SP: Letra e Voz, 2016.
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, v. 15, abr. 1997, São Paulo: PUC-SP, p. 13-49. (DOSSIÊ “Ética e história oral, ANTONACCI, Maria Antonietta; PERELMUTTER, Dayse, orgs.).
- RODRIGUES, Ana Célia. História e cidadania: o papel dos arquivos municipais. **Boletim do Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, v.4, n.1, p. 22-27, 2002.
- _____. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. **Cadernos de Estudos Municipais**. Porto, Portugal: Universidade do Minho, v.17/18, n.jun a dez., p.11 - 56, 2005.
- _____. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: Documento: gênese e contextos de uso. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. P. 175-192. (Estudos da Informação, v.1).
- SILVA, MARGARETH. O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (Tese de doutorado).



SOARES, Martha Myrrha Ribeiro Soares. Identificação do patrimônio documental arquivístico do município de Angra dos Reis, RJ: o guia do APERJ e a ISDIAH como base do instrumento de pesquisa. FCRB: Rio de Janeiro, 2018.

FONTE ORAL

PEREIRA, Eduardo Azevedo. [Entrevista concedida sobre arquivos municipais]. [7 out. 2016]. Angra dos Reis, RJ. Entrevista concedida a Martha Myrrha Ribeiro Soares.